

N. F. Nº - 216967.0166/19-1
NOTIFICADO - J MACEDO S/A
NOTIFICANTE - CARLOS NICOLLAS MACEDO DE CASTRO
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20.11.2020

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0377-06/20NF-VD

EMENTA: ICMS. REMESSA DE MERCADORIA PARA ZONA FRANCA DE MANAUS – FALTA DE EMISSÃO DO PIN. Contribuinte deixou de emitir o PIN nas saídas de mercadorias para Zona Franca de Manaus conforme Convênio ICMS 23/08. Contribuinte comprovou a emissão do PIN como estabelece o Convênio ICMS 134/2019 em vigor desde 12/07/2019, que revogou o Convênio ICMS 23/08. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal. **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 30/09/2019, em que é exigido o ICMS no valor de R\$14.019,26, e multa de 60% no valor de R\$ 8.411,56, perfazendo um total de R\$ 22.430, 82, pela falta de emissão do PIN-e na remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus.

Infração 01 - 58.01.04 - Falta de destaque do ICMS nas saídas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus sem ter sido feita a prévia comunicação à repartição fazendária do seu domicílio fiscal e, conseqüentemente, sem o documento fiscal estar devidamente visado. Falta de emissão do PIN-e, antes da saída do seu estabelecimento.

Enquadramento Legal: Art.1º, inciso I e art.38 da Lei 7.014/96 c/c art.265, inciso XII, § 1º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12.

Multa prevista: art.42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96.

O Notificante assim descreveu no Termo de Apreensão nº 2169671017/19-0 a motivação da lavratura da Notificação Fiscal:

“No exercício regular das funções fiscalizadoras, nesta data, constatou-se a seguinte irregularidade, o contribuinte deixou de emitir o PROTOCOLO DE INGRESSO DE MERCADORIA NACIONAL ELETRÔNICO (PIN-e), e conseqüentemente, deixou de apresentá-lo ao fisco, DANFE nº 157911, chave de acesso nº 29190914998371003215550000001579111347585927, DANFE nº 157912, chave de acesso nº 29190914998371003215550000001579121879908680 e DANFE nº 157913, chave de acesso nº 29190914998371003215550000001579131734353692, DACTE nº 230219, chave de acesso nº 29190914998371003304570000002302191351487681, DACTE nº 230220, chave de acesso nº 29190914998371003304570000002302201352474886 e DACTE nº 230221, chave de acesso nº 29190914998371003304570000002302211353477746.

Falta de emissão do PIN-e para acompanhar a operação acobertando o benefício fiscal das mercadorias destinadas à ZFM.

Operação em desacordo com o RICMS-BA e o Convênio do ICMS 23/08.

E como prova do ilícito fiscal foi feita a apreensão das mercadorias e dos documentos fiscais.

Veículo transportador de placa NEG 7389, carreta NCJ 8602.

Motorista: Leonardo Alcino Loiola de Oliveira, CNH 04302850443, CPF 957.019.662-91”

Constam no processo os seguintes documentos: Termo de Apreensão nº 2169671017/19-0 (fls.03/04); DANFEs nº 157911, 157912 e 157913(fl. 05 a 07); DACTEs 230219, 230220 e 230221(fl.08 a 10); DAMDFE 68402(fl.11); cópia da consulta ao Portal de Serviços da SUFRAMA sobre o destinatário da mercadoria, Coimbra Importação e Exportação Ltda (fls. 12/13); cópia do Convênio ICMS 23/08 e cópia dos documentos do motorista e do veículo (fls. 15/16).

A Notificada entrou com a justificação através de advogado, com anexo (fls.20 a 54), fazendo inicialmente uma descrição dos fatos que ocasionaram da Notificação Fiscal:

Diz que a autuada é uma empresa de destaque em todo território nacional, que atua, a mais de 75 anos, na industrialização e comercialização de farinha de trigo e seus derivados, pautando-se sempre em uma postura responsável, recolhendo todos os tributos que lhe são devidos e questionando judicial ou administrativamente aqueles que lhe são cobrados ao arrepio da Lei e da Constituição, a despeito de tal foi surpreendida com a lavratura do presente auto de infração, decorrente de uma suposta não emissão do Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico (PIN-e) para acobertar operações com destino à Zona Franca de Manaus, porém esta acusação fiscal não deve prosperar, por duas razões:

- 1- Os PINs relacionados aos DANFES listados na autuação foram devidamente emitidos pelo Impugnante, conforme documentação em anexo, razão pela qual a conduta apontada na autuação não foi observada na realidade.
- 2- Mesmo que a infração restasse configurada, a não emissão de PIN-e representa mero descumprimento de obrigação acessória, que, portanto, não autoriza a cobrança do imposto e a aplicação da multa trazida no auto impugnado.

Ressalta que da leitura da legislação que serviu de enquadramento legal da infração, extrai-se que as operações com produtos industrializados de origem nacional, quando destinadas à Zona Franca de Manaus são abarcadas pela isenção, os incisos do § 1º, por sua vez, cuidam de listar diversas obrigações acessórias relacionadas a essas operações isentas. No que se refere à emissão de PIN-e, objeto de autuação, destaca-se o inciso VII, acima colacionado, que exige a observância às disposições do Convênio ICMS nº 36/97, que foi revogado pelo Convênio ICMS nº 23/2008, onde traz justamente as regras relacionadas à emissão do PIN-e, prevendo os procedimentos a serem adotados por todos os sujeitos da operação com o fito de formalizar o ingresso da mercadoria na Zona Franca, onde o inciso I da Cláusula Quarta exige que o Remetente, antes mesmo da saída da mercadoria do seu estabelecimento, registre os dados da nota fiscal da operação no sistema de controle da SUFRAMA, gerando o PIN-e, que foi cumprida pelo Impugnante, conforme cópias anexadas ao processo.

Ademais, inexistente qualquer dispositivo da legislação Baiana que condicione as isenções das operações destinadas à Zona Franca à emissão do PIN-e. Assim, uma vez que os benefícios fiscais são interpretados de forma literal, por força do que determina o art. 111, II, do CTN, a ausência de dispositivo expresso afasta qualquer interpretação nesse sentido, logo, constatado a validade das isenções, inexistente qualquer prejuízo ao erário, mesmo que de fato os PIN-e não fossem emitidos. Conforme demonstrado, não houve descumprimento da obrigação tributária principal, razão pela qual não poderia ser aplicado o art. 42, inciso II, “f” e sim o que está previsto no artigo 42, inciso XXII da Lei 7.014/96.

Diante do exposto, requer-se:

- a) Que seja julgado totalmente improcedente o auto de infração em tela, uma vez que foi completamente correto o procedimento aplicado para emissão do PIN-e;
- b) Ainda, a improcedência do auto de infração, na parte em que cobra o recolhimento do ICMS, uma vez que a falta de emissão do PIN, caso tivesse realmente ocorrido, configuraria mero descumprimento de obrigação acessória;
- c) Por fim, superados os pedidos anteriores, o reenquadramento da penalidade aplicada ao

presente caso para aquele disposto no art. 42, inciso XXII, da Lei 7.014/96.

VOTO

Essa Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS das mercadorias enviadas para a Zona Franca de Manaus, pela falta de emissão do Protocolo Nacional Eletrônico (PIN-e).

A remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus é isenta de ICMS e está regulamentado pelo Art. 265, inciso XII do RICMS/BA e os procedimentos relativos aos controles do ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, estão estabelecidos pelo Convênio ICMS 134/2019 de 05 de julho de 2019.

Conforme o Convênio ICMS 134/2019, que revogou o Convênio ICMS 23/2008, foi instituído pelo SUFRAMA o Sistema eletrônico que servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste Convênio. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN-e gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório e de responsabilidade do remetente das mercadorias, para estas operações, que fará a solicitação de Registro eletrônico para a geração do PIN-e.

Art. 265. São isentas do ICMS:

(...)

XII - as operações com produtos industrializados de origem nacional, nas saídas para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, exceto armas, munições, perfumes fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e açúcar de cana, observado o disposto no § 1º deste artigo e as condições a seguir (Conv. ICM 65/88):

(...)

a) salvo disposição em contrário, o benefício é condicionado a que o estabelecimento destinatário esteja situado no Município de Manaus;

(...)

c) a isenção é condicionada à comprovação da entrada efetiva dos produtos no estabelecimento destinatário;

(...)

e) o benefício e as condições contidos neste inciso ficam estendidos às operações de saídas dos referidos produtos para comercialização ou industrialização:

(...)

3 - na Área de Livre Comércio de Guajaramirim, no Estado de Rondônia (Conv. ICMS 52/92);

CONVÊNIO ICMS 134/19, DE 5 DE JULHO DE 2019

Publicado no DOU de 12.07.19, pelo Despacho 50/19.

Alterado pelo Convênio ICMS 237/19.

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, na 173ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de julho de 2019, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira A Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA - e as Secretarias de Estado da Fazenda e Finanças dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia - SEFAZ - promoverão ação integrada de fiscalização e controle das entradas de produtos industrializados de origem nacional, remetidos a destinatários localizados na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no Convênio ICM 65/88, de 6 de dezembro de 1988, Convênio ICMS 52/92, de 25 de junho de 1992 e o Convênio ICMS 49/94, de 30 de junho de 1994.

§ 1º A ação integrada prevista no caput desta cláusula tem por objetivo a comprovação do ingresso de produtos industrializados de origem nacional nas áreas incentivadas.

§ 2º Toda entrada de produtos com incentivos fiscais prevista no caput desta cláusula fica sujeita, também, ao controle e fiscalização da SUFRAMA, no âmbito de suas atribuições legais, que desenvolverá ações para formalizar o ingresso na área incentivada.

§ 3º Para os efeitos deste convênio, o remetente e o destinatário deverão estar regularmente inscritos no Sistema de Cadastro da SUFRAMA e da SEFAZ.

Cláusula segunda Sistema eletrônico instituído pela SUFRAMA servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste convênio.

Parágrafo único. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN- e - gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório para estas operações.

CAPÍTULO II DO INGRESSO

Cláusula terceira A regularidade fiscal das operações de que trata este convênio será efetivada mediante a disponibilização do internamento na SUFRAMA como evento na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Parágrafo único. Considera-se não efetivada a internalização a falta de registro do evento após o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão da NF-e, exceto nos casos de vistoria extemporânea, requerida neste prazo.

Seção I Do Ingresso

Cláusula quarta - A formalização do ingresso nas áreas de que trata este convênio dar-se-á no sistema de controle eletrônico, previsto na cláusula segunda deste convênio, mediante os seguintes procedimentos:

- I - solicitação de Registro eletrônico, sob responsabilidade do remetente, para geração do PIN-e;
- II - confirmação do Registro eletrônico, pelo destinatário, antes do ingresso dos produtos nas áreas incentivadas de que trata este convênio, para geração do PIN-e;
- III - desembaraço da NF-e na SEFAZ do estabelecimento destinatário;
- IV - confirmação pelo destinatário no sistema de que trata o caput, do recebimento dos produtos em seu estabelecimento, após procedimento do inciso III do caput desta cláusula;
- V - disponibilização do canal de vistoria pelo sistema de que trata o caput desta cláusula, conforme critérios de parametrização adotados pela SUFRAMA;
- VI - cruzamento dos dados de desembaraço da SEFAZ do estabelecimento destinatário;
- VII - realização da vistoria física e/ou documental, pela SUFRAMA, conforme o canal de vistoria parametrizado;
- VIII - disponibilização do internamento na Suframa como evento na NF-e.

Parágrafo único. O registro eletrônico prévio dos dados da NF-e, do Conhecimento de Transporte – CT-e – e do Manifesto Eletrônico de cargas – MDF-e – no sistema de que trata esta cláusula, é de responsabilidade dos respectivos estabelecimentos emitentes.

A Notificada informa que esta autuação não merece ser acolhida porque os PINs-e relacionados aos DANFES listados na autuação foram devidamente emitidos pelo Impugnante, conforme documentação em anexo, razão pela qual a conduta apontada na autuação não foi observada na realidade, e que mesmo que a infração restasse configurada, a não emissão de PIN-e representa mero descumprimento de obrigação acessória, que, portanto, não autoriza a cobrança do imposto e a aplicação da multa trazida no auto impugnado, solicitando desta forma, a improcedência total da Notificação Fiscal ou a transformação em penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

Analisando a documentação anexa à defesa, encontro cópias dos documentos gerados pelo SUFRAMA (fls.52/53) onde constam os seguintes dados:

PIN-Protocolo de Ingresso de mercadoria Nacional nº 142577519.

Data da Geração: 30.09.2019.

Destinatário: Coimbra Importação e Exportação Ltda.

Lista de Notas Fiscais Eletrônicas – chave de acesso

29190914998371003215550000001579111347585927

29190914998371003215550000001579121879908680

29190914998371003215550000001579131734353692

No segundo documento encontramos a seguinte:

Lista de Solicitação de PIN

Número: 100144708219

Data da Solicitação: 29/09/2019

Número do lote: 579112019

UF de Destino: RO

Razão Social Destinatário: Coimbra Importação e Exportação Ltda

Número do PIN: 142577519

Baseado nas informações contidas na documentação, apresentada pela Impugnante, entendo que foram cumpridos os procedimentos determinados no Convênio ICMS 134/2019, na remessa das mercadorias em questão para a Zona Franca.

Ressalto que, com entrada em vigor do Convênio ICMS 134/2019, foi retirado da Cláusula quarta, I, a obrigatoriedade do registro eletrônico pelo remetente, antes da saída da mercadoria do seu estabelecimento, que existia no Convênio ICMS 23/2008, restando tão somente a obrigatoriedade do registro eletrônico sem data determinada

De tudo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **216967.0166/19-1**, lavrada contra **J MACEDO S/A**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2020.

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR